

## Culto dos santos, reliquias e peregrinações

Essas formas de devoção permanecem associadas, nos espíritos, ao período medieval; mas elas o precederam e sobreviveram a ele, apesar de nele terem conhecido belos momentos, como atestam fontes muito sugestivas: Vidas de santos, relatos de milagres, de invenção (descoberta) ou de translação (mudança) de reliquias, assim como descrições de peregrinações.

A Idade Média herda da Antiguidade cristã o uso de homenagear, entre os defuntos, os que se ilustraram como grandes testemunhas da fé. Além das figuras dos tempos apostólicos, distinguem-se os que foram mortos violentamente, os mártires (o termo significa “testemunha”); os que desenvolveram uma intensa obra de evangelização por seu pensamento e sua ação, os confesores (eles “confessaram” sua fé); os que, nos claustros ou nos eremitérios, deixaram um rico legado espiritual, como os Padres do deserto. Essas grandes figuras eram festejadas ao longo do ano, nas datas correspondentes a seu “nascimento no Céu”, ou seja, no aniversário da sua morte, misturadas no calendário com as festas da vida de Cristo e de sua mãe, a Virgem Maria, oferecendo assim pontos de referência à vida social e econômica (datas de pagamento de contratos, por exemplo). O grupo dos santos e santas não cessou de se enriquecer ao correr das gerações. Os bispos que, durante a alta Idade Média, fizeram figura de pais

protetores da sua cidade logo conquistaram uma reputação de santidade, assim como certos soberanos que apoiaram a evangelização do seu reino, notadamente nos países mais tardiamente cristianizados. Somam-se a estes, monges reformadores, como Bento de Aniano ou Bernardo de Clairvaux, os fundadores de novas ordens, como Bruno no caso dos cartuxos, Francisco de Assis no caso dos irmãos menores, Domingos de Gusmão no caso dos irmãos pregadores, algumas mulheres reconhecidas por sua ação caritativa (Elisabete de Turíngia), sua influência espiritual (Catarina de Siena) ou sua vida mística (Brígida da Suécia); até mesmo alguns raros leigos se viram postos nos altares, após uma vida dedicada aos valores evangélicos, como, na Itália, o comerciante de tecidos Homobonus de Cremona, ou por motivos que misturam espiritualidade e política, no caso do rei da França, são Luís.

Valorizando um ou outro comportamento, a Igreja pretendia dar aos fiéis referências, promover diversos tipos de conduta, quando não, a partir do século XIII, propor modelos, conquanto em sua grande maioria os santos não tenham sido imitáveis, a tal ponto seu caráter excepcional era pronunciado (André Vauchez). Vê-se assim quanto estava em jogo no acesso à santidade. Este repousou inicialmente na “reputação” de santidade (a *fama sanctitatis*), para cuja definição a *vox populi* (“escolha do povo”) era considerada como sendo a *vox Dei* (a “voz de Deus”): cabia ao bispo do lugar decidir, ou ao abade, se fosse território monástico. Esse processo não foi privado de abusos de que os próprios contemporâneos estavam conscientes: leia-se o tratado, marcadamente crítico, escrito no século XII pelo monge Guibert de Nogent sobre as *Relíquias dos santos*. Os casos mais litigiosos eram levados a Roma; assim, dado esse precedente e o desenvolvimento do poder do papa, não há que se espantar ao ver o papado estimar que o controle do acesso à santidade lhe cabia em última instância e estabelecer o procedimento ao fim do qual a decisão era tomada: o “processo de canonização”. Em parte calcado no novo procedimento judiciário inquisitório, consiste numa investigação feita junto às testemunhas, cujos re-

sultados são examinados pela corte de Roma: a progressão da causa não dependia unicamente das virtudes da pessoa em causa, mas também do poder e da riqueza dos que haviam iniciado o processo!

A veneração de que os santos foram objeto não se baseia unicamente na admiração que sua vida suscitava, vida cujos episódios eram magnificados propositalmente pela literatura hagiográfica, como *A legenda áurea* do dominicano Jacopo de Varazze. Ela se baseia igualmente na convicção de que seus méritos lhes adquiriram, da parte de Deus, um poder de intercessão (*virtus*) que permanecia ligado às suas ossadas ou a partes do seu corpo, bem como a todos os objetos, tecidos, líquidos ou poeiras postas em contato com eles. Assim, os locais de sepultura dos santos tornaram-se rapidamente destino de viagens pias, cujo objetivo era entrar em relação direta com a fonte da *virtus* e obter desta os recursos solicitados, no mais das vezes de ordem terapêutica (curas diversas), mas também de ordem familiar (fecundidade, bom parto, sobrevivência de um bebê, para batizá-lo). Os locais de culto foram organizados em consequência disso. Se, como foi frequentemente o caso durante a alta Idade Média, o túmulo do santo se situasse numa igreja, era tornado acessível por uma galeria que possibilitava a circulação ao redor dele, deambulatório dotado de janelas pelas quais se podia efetuar o contato desejado com a sepultura.

Em certos casos, os fiéis passavam sob a pedra tumular ou eram até autorizados a dormir na proximidade desta, praticando a incubação já em vigor nos templos antigos. Para conquistar a benevolência do santo ou agradecer sua intercessão, que havia obtido de Deus o milagre esperado, os fiéis depositavam no santuário oferendas e ex-votos: os donativos de cera, avaliados pelo peso ou pela estatura da pessoa a curar ou moldados na forma do membro a tratar, foram substituídos no fim da Idade Média e na época moderna por pequenos quadros representando o episódio milagroso. Para difundir o mais amplamente possível as virtudes dos santos, tornou-se de uso, desde a época carolíngia, dividir seus corpos em benefício de numerosas igrejas que

conservavam essas preciosas parcelas nos relicários cuja forma às vezes recordava a da ossada preservada. Os cemitérios romanos, que tinham a reputação de conter apenas sepulturas de mártires (o que já não é admitido pela crítica atual), foram grandes fornecedores, até o cerne da época moderna. Em certos casos, chegou-se também a cometer pequenos furtos piedosos, roubos de relíquias cujo êxito confirmava o assentimento do santo e que estão na origem de pitorescos conflitos entre igrejas. No fim da Idade Média, notadamente na Itália, depois em todo o Ocidente, na época moderna, observa-se que competências análogas são reconhecidas às “ymages” dos santos, quadros, pinturas ou estátuas, que por sua vez se tornaram suportes de gestos de devoção análogos.

O inegável e persistente sucesso dessa piedade arraigada no concreto e que não foi recusada pelo magistério, muito pelo contrário, já que os próprios clérigos dela participavam, está na origem da miríade de peregrinações locais que se espalharam pelo Ocidente: a fortuna de algumas durou apenas o tempo de um fogo de palha, ao sabor da empolgação momentânea dos fiéis. Dessa profusão de santuários, às vezes aninhados em locais de difícil acesso, nas ilhas ou no cume dos montes, e às vezes palco de práticas ilícitas, emergem alguns destinos de mais ampla propagação, geralmente servidos por pessoas da Igreja, seculares ou, mais ainda, regulares, que recebiam os visitantes e dirigiam suas devoções. Entre eles, além dos santuários marianos, como Rocamadour, citemos a basílica de São Nicolau em Bari, na Apúlia; a da jovem mártir de Agen, santa Fé, em Conques-en-Rouergue; o túmulo de *são Tomás Becket* na Cantuária ou o *Hôpital Saint-Antoine* de Viennois, que pretende conservar as relíquias do grande monge egípcio e fez sua especialidade a cura do mal dos ardentes, transmitido pelo consumo do esporão de centeio.

Entre os mais célebres santuários medievais, a época contemporânea reteve especialmente o de Santiago de Compostela, atual destino de caminhantes, peregrinos e turistas, cada vez mais numerosos. O culto do apóstolo, parente de Jesus, desenvolveu-se na Galiza a partir do século IX; depois foi muito bem orques-

trado no contexto da luta contra os muçulmanos de que a península Ibérica foi teatro na Idade Média. Não é possível, no estado atual da documentação, saber qual foi a amplitude da frequência desse santuário; não poderíamos nos deixar enganar por uma fonte muito original, o *Guia do peregrino de Santiago*, espécie de itinerário comentado, santuário por santuário, de que só se conserva, porém, um manuscrito. Mas a popularidade do santo é incontestável – não só como “mata-mouros”, vencedor dos mouros –, como prova a multiplicidade de igrejas que dizem abrigar suas relíquias; e a viagem a Compostela, misturada com a lenda de Carlos Magno, nutriu abundantemente o imaginário medieval. Sem dúvida, para alimentar este foram necessários alguns relatos de peregrinos, que retornaram cobertos da glória de um destino tão distante e prestigioso, situado, ainda por cima, nos confins do mundo então conhecido.

Dois últimos destinos de peregrinações se distinguem nos usos cristãos ocidentais. O primeiro não é outro senão Jerusalém, para o qual os fiéis são atraídos cada vez mais, depois do ano 1000, quando a piedade se prende mais em meditar sobre a vida terrestre de Jesus. Mais tarde, depois de 1095, a história da viagem aos Lugares Santos se confunde com a da cruzada que constitui seu lado armado e, às vezes também, seu desvio. O segundo é Roma, centro da memória cristã em razão da morte que aí tiveram Pedro e Paulo e, posteriormente, os mártires cristãos. Além disso, o papel outorgado ao bispo da antiga capital do império dá à peregrinação romana um destaque particular. Os peregrinos vão a Roma para visitar os túmulos das duas “colunas da Igreja”, mas também, muitos deles, para buscar a absolvição dos pecados graves que somente o papa pode lhes conceder. A “viagem romana” adquire, assim, desde a alta Idade Média, uma dimensão penitencial, presente em toda peregrinação, em razão do esforço feito, porém mais acentuada nesta. Esses precedentes fizeram germinar, no fim do século XIII, a ideia de que tal fonte de graça podia se estender a todos os fiéis, na passagem de cada século, depois segundo um ritmo mais frequente, pela proclamação dos jubileus, o primeiro dos quais se deu no ano 1300:

nessas circunstâncias, a visita às basílicas romanas valia para os que a realizavam a indulgência plena, a saber, a remissão de todos os pecados cometidos até então e das penas acumuladas para expiá-los.

CATHERINE VINCENT